

humanitas

Vol. LVII

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. LVII • MMV



HISTÓRIA DE UMA POLÊMICA*
(Contribuição para uma história das interpretações
de Heródoto, III. 80-82)

PAULO ÂNGELO DE MENESES SOUSA
Universidade Federal do Piauí (Brasil)

Abstract: The article analyzes approximately a century of bibliographical production about the Persian debate, characterizing the main trends of these reading proposals of the Herodotus text.

Keywords : Herodotus; Persian debate; critical and interpretation.

Na história das interpretações modernas da obra de Heródoto, a célebre narrativa do "debate persa" no livro III, capítulos 80-82 das Histórias, é um dos temas mais polêmicos entre comentadores e estudiosos, e tem suscitado, durante mais de um século, uma abundante produção bibliográfica.

Essa produção constitui-se num campo intelectual no qual podemos perceber, através do tempo, as linhas de força que regem e modificam as práticas de leitura desse texto de Heródoto no interior dos Estudos Clássicos.¹

Neste artigo, apresentaremos uma visão retrospectiva dos resultados dessas interpretações do debate persa, mostrando as linhas de orientação dessas interpretações, como elas se transformaram e de que premissas partiram.

¹ As observações de Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes no sentido de que "é preciso fazer um pouco de história na história antiga" me foram valiosas para pensar essas práticas.

Numa perspectiva geral, destacamos as seguintes linhas dominantes de orientação desses estudos :

1. A que recebeu maior atenção dos estudiosos que é o problema do fato histórico do debate persa.
2. A abordagem literária do debate persa, que recebeu também grande atenção dos estudiosos e que pode ser dividida nas seguintes tendências:
 - 2.1 Os antecedentes literários do debate em sua forma e conteúdo;
 - 2.2 A teoria político-literária do debate persa;
 - 2.3 O lugar do debate persa dentro do problema da estrutura narrativa das *Histórias*.
3. A abordagem do debate persa dentro de outras linhas de interpretação que focalizam temas específicos da obra de Heródoto.

1. O problema do fato histórico

O relato de Heródoto da história da ascensão de Dario, após a morte de Cambises e o assassinato dos magos (III, 79), apresenta um problema que tem intrigado grande parte dos estudiosos que se depararam com essa narrativa.

Heródoto afirma que, antes de Dario subir ao poder, houve um debate entre nobres conspiradores persas sobre a sucessão ao trono e o melhor regime de governo no qual foram expressas idéias a favor de um regime político igualitário, um governo popular, regime esse que corresponderia à democracia para os gregos, o que leva a situar esse acontecimento em 522 a.C., antes mesmo das reformas de Clístenes em 508 a.C., que fundaram os princípios da democracia ateniense.

A narrativa de Heródoto que introduz esse debate já expressa uma reação de incredulidade:

"Assim que acalmou o tumulto e decorreram cinco dias, os que se haviam sublevado contra os Magos deliberaram sobre aquele estado de coisas, e proferiram palavras que alguns gregos acham inacreditáveis, e que, no entanto, foram proferidas." (III.80.1)

Dentro dessa primeira linha de orientação dos estudos do debate persa, o aspecto polêmico dessa narrativa para a historiografia moderna, manifesta-se na discussão de que esse fato tenha realmente ocorrido.

Trata-se, para essa determinada linha de interpretação, de buscar a verdade empírica do fato objetivo do debate persa.

Dessa forma, existe uma tendência geral entre os estudiosos de negar a "verdade" histórica do debate persa, nos moldes que Heródoto apresenta², embora a polémica ainda persiste, pois a crítica histórica revela-se insuficiente para confirmar a inexistência do debate persa.

Os estudos sobre a "verdade" histórica dos relatos de Heródoto da história da Pérsia são dificultados, fundamentalmente, pela ausência de documentos que permitam aos estudiosos compará-los com os trabalhos históricos de Heródoto.

Por outro lado, ainda sob essa perspectiva empiricista, há uma corrente de autores que admitem ao menos uma base histórica para esse debate.

Admite-se a possibilidade histórica de algum debate ter ocorrido, talvez movido pela aristocracia que havia desmascarado o mago com a intenção de não estar sujeita a um poder centralizado, embora Heródoto o tenha helenizado.

Helmut Apffel³ considera que podemos contar, certamente, com uma tradição persa subjacente ao debate. Isto é apoiado pela firme conexão entre a discussão e a narração principal, e também pelos diversos argumentos de origem persa nessa narrativa.

Conforme Apffel, é necessário libertar Heródoto da suspeita de ter inventado arbitrariamente o debate, de um modo geral, e o discurso pela democracia, de modo particular. Embora ele não tivesse bons conhecimentos sobre os acontecimentos reais, essa censura, naturalmente, não cabe a ele, mas aos seus informantes, e também – conclui o autor – cometeríamos injustiça contra o pensamento e a vontade de Heródoto, que também "possuía fantasia poética", caso quiséssemos nos aproximar da discussão constitucional apenas com categorias históricas.

² Um balanço desses estudos com uma abundante bibliografia encontra-se em P. T. BRANAN, "Herodotus and History. The constitutional debate preceding Darius' accession", *Traditio* 19 (1963) p. 427-438.

³ H. APFFEL, *Die verfassungsdebatte bei Herodot* (Diss. Erlangen, 1957) p. 96-98.

Em relação à linguagem empregada nos discursos do debate persa, Luciano Canfora afirma ser um "lugar comum" considerar que os gregos "inventaram a política", ou seja, foram a única comunidade de homens a ter em suas mãos o poder de tomar decisões a partir de um debate, e não vê porque não acreditaríamos em Heródoto tendo em vista que ele emprega lá toda uma série de preciosas noções que permitem aproximar amplamente os gregos dos persas: "dois mundos entre os quais a representação ideológica que os gregos deram deles mesmos cavou um abismo, mas que eram, na prática concreta, muito vizinhos e entremeados, e isto até em sua experiência política."⁴

Nels Bailkey⁵ nota que, exceto no campo da religião, os estudos modernos não têm dado devida atenção a outros aspectos das sociedades do antigo Oriente, e isso é particularmente verdadeiro no campo da política.

Ao analisar as experiências constitucionais na Mesopotâmia, o autor sustenta que a implausibilidade da existência de formas de governo não autocráticas nas sociedades do antigo Oriente tem sido exagerada pelos estudiosos influenciados pela afirmação de que apenas os gregos "inventaram a política".

Bailkey menciona as investigações de Heródoto sobre o antigo Oriente como exemplos sensíveis da presença de formas de governo não autocráticas nessas sociedades, contrárias as de outros escritores helênicos, como por exemplo Aristóteles, para quem a ausência de democracia entre os bárbaros é um defeito de caráter – "o povo é por natureza escravo" (*Política* III, 14.6).

Segundo o autor, essas sociedades do antigo Oriente, em seus desenvolvimentos constitucionais, conheceram ao menos uma espécie de democracia que era garantida por uma autoridade central, e Heródoto tocou nesse ponto quando se referiu às palavras de Dario (III, 82), no debate persa sobre as formas de governo, à "liberdade" sob um monarca.

O que percebemos nessa primeira linha de orientação dos estudos do debate persa, seja nos autores que adotam uma posição abertamente

⁴ Luciano CANFORA, "O cidadão", in J. P. VERNANT (org.), *O homem grego* (Lisboa, Presença, 1994).

⁵ N. BAILKEY, "Early Mesopotamian constitutional development", *AHR* 72 (1967) p. 1211-1236.

empiricista ou naqueles que procuram, ao menos, degraus de "verdade" histórica no debate, é uma concepção anacrônica de fato histórico.

Talvez não seja exagero relacionar aqui essa preocupação com a "verdade" histórica do debate persa aos dois tipos de atitudes dos estudiosos frente aos relatos de Heródoto que se inicia com Tucídides, reforça-se no século XVIII e que subsiste, sob certas nuances, em nossos dias, no interior dos Estudos Clássicos.

Trata-se de uma divisão operada pelos estudiosos, no seio da obra de Heródoto, entre o Heródoto historiador e o contador de fábulas.

Os primeiros livros das *Histórias* que tratam das histórias e dos costumes dos povos estrangeiros seriam pura fantasia e diz respeito ao Heródoto contador de fábulas; já os livros que tratam do relato das guerras medas diz respeito ao Heródoto historiador.

Assim, haveria apenas dois discursos autorizados sobre Heródoto: o dos historiadores que lêem a sua obra como um documento, confrontando-o com outras fontes de informação, quando disponíveis, e o dos "literatos", que devem, através de um comentário, imitar o texto comentado, rivalizando com o mesmo em espírito e ligeireza.

Percebe-se, na maioria desses estudos sobre o debate persa, uma abordagem predominantemente positivista, que entende o conceito de fato histórico como sendo uma correspondência a uma verdade de fato, externa ao sujeito cognoscente, empiricamente verificável e que se preocupa ainda em afirmar a história como ciência.

O questionamento da história como ciência foi feito de maneira mais radical por Paul Veyne⁶ que discutiu seus fundamentos epistemológicos, quer dizer, colocou o problema da verdade na história a partir dos critérios de veracidade.

Atacando a relação entre *evento*, que muda sem cessar, e *conceitos*, considerados como "falsos", Veyne asseverou que o sofisma do empirismo é crer que se pode reconstituir o concreto por meio de abstrações científicas adicionadas. A história, segundo esse autor, não é uma ciência e não o será jamais.

Veyne sugeriu mesmo que os historiadores deixassem de se preocupar com o problema do estatuto científico da história e tomassem outras direções para que encontrassem outros campos de possibilidades

⁶ Cf. sobretudo Paul VEYNE, *Como se escreve a história* (Brasília, UnB, 1992).

de renovação da história, como por exemplo, colocar o problema da história como literatura.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses considera revelador de uma postura antiquada e “absurda” o fato de que mesmo que alguns historiadores tenham afirmado que “é com Heródoto que a história entra para o campo da literatura”, da ficção – “ficção não como proporção, mas como coisa modelada, portanto construção humana” – a quase totalidade da bibliografia sobre o debate persa insista ainda no problema do fato histórico entendido como verdade empírica, externa ao observador.

A maior parte desses intérpretes, segundo Ulpiano, trabalha de maneira anacrônica o problema da historicidade do debate, pois se no tempo de Heródoto se colocava o problema da verdade/falsidade, não se colocava o problema da ficção que na historiografia contemporânea se coloca, e mais que isso, coloca-se de maneira central.

Hoje, conforme Ulpiano, a noção de ficção é central na história, ficção não no sentido de relato falso – “não se coloca o imaginário em oposição ao real porque o imaginário faz parte do real” – mas ficção no sentido etimológico de modelado; ficção significa simplesmente que se está trabalhando com coisas modeladas.

O que poderíamos chamar de fato histórico, ainda segundo Ulpiano, não é se houve ou não o debate e se estas coisas foram ditas, já podemos saber que elas não foram ditas assim. O grande problema histórico do debate persa é o fato de ter sido colocado um problema que suscitou justamente o debate sobre a verdade/falsidade na história, o que é “um problema extraordinariamente importante”.

Tendo em vista que esse tipo de estudo empiricista, exaustivamente trabalhado na bibliografia dominante do debate persa, atingiu um nível esterilizante, Ulpiano sugere que, se quisermos trabalhar nessa linha de estudo do problema do fato histórico, deveríamos trabalhar o fato em si entendido não como o debate, mas o relato, a construção, a ficção de Heródoto e o que a provocou, e depois tratar esse relato como fato social, no caso, fato como coisa modelada, criada, e não como coisa de natureza que foi apenas apreendida, coisa externa ao observador; então entraríamos numa série de questões interessantes, mas que precisariam desse outro tipo de encaminhamento do problema.

2. A abordagem literária

Tal como o problema do fato histórico, a abordagem literária do debate persa recebeu grande atenção dos estudiosos, abrindo várias linhas de pesquisa caracterizadas aqui em três vertentes dominantes:

2.1. Os antecedentes literários do debate

O primeiro e maior problema da significação literária do debate persa orientou-se para descoberta de seus antecedentes literários em sua forma e conteúdo.

Ernest Maass⁷, num artigo de 1887, que marcou época, foi o primeiro a propor a influência sofística no “debate constitucional”, considerando que os argumentos desses discursos, que desenvolvem lugares comuns gregos num contexto da história persa, foram emprestados de um diálogo sofístico, provavelmente uma “negativa de argumentos” de Protágoras, e que é a mesma fonte usada por Isócrates na comparação dos três regimes políticos em *Nicoles* 14 ss.

Embora a hipótese central de Maass de relacionar esse texto de Heródoto com o de Isócrates tenha sido refutada, tendo em vista que dois tratamentos vagamente similares de um lugar comum, não implica necessariamente uma fonte comum, a proposição de uma influência sofística no debate persa, especialmente de Protágoras⁸, permanece, desde então, no centro das discussões sobre essa narrativa.

Pretendeu-se que a composição do debate persa, através de um diálogo político na forma de tese-antítese com uma variada gama de figuras retóricas (frase rítmica tripartida, aliteração, coloquialismo, clímax), foi adaptada de algum tratado sofístico ático desconhecido, talvez de Protágoras, Hípias ou Pródico.

No entanto, os estudos estilísticos dos discursos do debate persa comprovaram a falta de antinomia e argumentação simétrica tipicamente sofística, além da presença de traço estilístico de prosa científica jônica, de idéia religiosa arcaica e doutrina política não especificamente Ática, que impedem de considerar esses discursos como propriamente sofístico.

⁷ E. MAASS, “Zur geschichte der griechischen prosa. 2 – Herodot und Isokrates”, *Hermes* 22 (1887) p. 581-595.

⁸ Por exemplo: François LASSERRE, “Hérodote et Protagoras: Le débat sur les constitutions”, *MH* 33 (1976) p. 65-84

Por outro lado, diversos autores consideram que é mais a experiência grega do que a persa que Heródoto tem em mente ao compor esse debate, de forma que, esses discursos – compostos à maneira dos sofistas – corresponderiam a argumentos políticos de interesse da Atenas dos anos 40 nos quais as posições de Dario corresponderiam às de Péricles.

Optando por uma abordagem comparativa entre a figura de Dario, tal como se encontra no livro III das *Histórias* e o da inscrição de Behistun, documento autobiográfico de Dario, datado provavelmente de 519 a.C., Klauss Bringman⁹ assegura também uma fonte grega no debate persa.

A comparação entre o Dario de Heródoto e o da inscrição de Behistun, segundo esse autor, leva a concluir que eles correspondem a figuras distintas.

Bringman procura mostrar, por outro lado, a semelhança, presente até no vocabulário, da posição de Dario no debate persa com a de Péricles na Atenas contemporânea de Heródoto, posição essa imortalizada na definição de Tucídides (II, 65): “Teoricamente, estava-se em democracia mas, na prática, sob o governo de um só, que se encontrava em primeiro lugar”.

Toda a discussão do “debate constitucional”, defende Bringman, está estreitamente relacionada com o meio político grego, particularmente o ateniense, e “nem um só argumento traz a marca de proveniência especificamente persa ou oriental”.

Tratamos aqui de uma tendência de autores que, de uma maneira geral, apontam para um denominador comum, ou seja, a influência sofística no debate persa.

Porém, há uma outra vertente de autores que questiona essa influência sofística e aponta para outras perspectivas de análise dos antecedentes literários do debate persa.

Em sentido oposto, os estudiosos da história da Pérsia procuram tratar desse texto de Heródoto a partir de suas fontes persas.

Com o auxílio da segunda inscrição tumular de Dario proveniente de Naks-i Rustam e a inscrição de Behistun, W.W. Struwe¹⁰ sugere que

⁹ K. BRINGMAN, “Die verfassungsdebatte bei Herodot 3, 80-82 und Dareios’ aufstieg zur konigsherrschaft”, *Hermes* 104, 3 (1976) p. 266-279.

¹⁰ W. W. STRUWE, “Gerodot i politiceskie tecenija v Persii epochi Darija I” [Heródoto e as correntes políticas na Pérsia da época de Dario I], *VDI* 25, 3 (1948) p. 12-35 Apud: H. APFFEL, *op. cit.*, p. 19-22.

Heródoto teria conhecido, através de uma fonte oral persa, as indicações que lá se encontram sobre os fundamentos da dominação próprios ao rei e as teria utilizado no debate persa.

David Asheri¹¹, analisando o paralelo feito por Struwe entre o debate persa e a inscrição tumular de Dario a Naqs-i Rustam, discorda da idéia de uma dependência direta de Heródoto dessa inscrição, afirmando que, no “debate constitucional”, o ideal da monarquia como uma via intermediária entre a democracia e a oligarquia não era estranho ao mundo grego.

Franz Altheim¹² procura mostrar que o relato de Heródoto da ascensão de Dario encontra-se dentro da tradição aqueménida-legitimista, mas rejeita a suposição de que algo já teria que ter correspondido, no original persa, aos discursos do debate persa.

Altheim acredita que os três discursos teriam um fundo certamente de mão grega, mas deixa aberta a questão de que ele remete a Heródoto ou à uma fonte grega, fundo que seria aplicado entre Heródoto e o original persa.

Segundo esse autor, a técnica de composição de Heródoto no debate persa deixa claro que as exigências da narração principal, o contexto linear da história de Dario, incorporam o princípio de estruturação mais elevado. Essa interpretação implica também que uma “Historik” cíclico-estática teria sido moldada em uma teleológico-dinâmica.

Georges Dumézil¹³ sugere que, na base do debate persa, poderia estar um ritual de entronização aqueménida semelhante ao da Índia, que tinha por objetivo a consagração do rei e a sua proteção contra eventuais concorrentes.

Segundo Dumézil, embora não conheçamos nada sobre os rituais de entronização dos reis aqueménidas, é verossímil pensar que ele exprimissem a mesma competição teórica que na Índia existia no *vajapeya*.

É possível que, na subida ao trono de um rei aqueménida, a organização trifuncional das classes, fosse recordada para simbolizar que eles contribuíam para a promoção de um homem ao rei.

¹¹ D. ASHERI, “L’ideale monarchico di Dario: Erodoto III 80-82 e DNB Kent”, *AION* 3 (1996) p. 99-106.

¹² F. ALTHEIM, *Literatur und Gesellschaft im ausgehenden Altertum* (Halle, 1950) p. 171 ss Apud: H. APFFEL, *op. cit.*, p. 17-19.

¹³ G. DUMÉZIL, “L’intronisation de Darius”, *Acta Iranica* 23 (1984) p. 143-149.

Na Índia, o exemplo do *vajapeya* supõe que uma competição verbal entre os méritos das classes sociais se inseria no ritual, numa espécie de jogo do qual só estaria isento o brâmane.

Dumézil questiona se talvez fosse um ritual desse tipo que Heródoto ouviu falar, entendendo literalmente que os conjurados organizaram um debate para refletirem acerca da diferença de número dos governantes em cada regime e Otanes seria o brâmane isento do jogo.

Ainda na perspectiva de uma crítica à influência sofística, diversos autores consideram também importante dar uma maior autonomia a Heródoto e enfatizam que a sua contribuição para o debate persa seria de suma importância e não deveria ser pensada, de modo algum, como delimitada à mera reprodução.

Helmut Apffel¹⁴ considera que não é mais apropriado investigar o “debate constitucional” dentro de uma “literarização” radical em um espaço exclusivamente helênico, quer dizer, “*sub specie sophistarum*”, já que os pesquisadores tornaram conhecidos textos persas antigos que deram nova luz à relação entre a Hélade e o Oriente.

Para esse autor, deve-se reconhecer, na elaboração do debate persa, um maior peso e originalidade à personalidade de Heródoto do que se fez até agora. Além disso, deve-se considerar que indiscutivelmente Heródoto ainda se encontrava fortemente preso ao pensamento pré-sofístico, e que ele, como um habitante de uma fronteira entre épocas, mistura, na sua apresentação, o novo com o velho. Também um juízo de valor sobre os seus relatos orientais deveria ser novamente testado através de um estudo comparativo das fontes.

Na análise que Apffel faz da disposição formal dos discursos do debate persa, ele conclui que, apesar de toda a voluntariedade de seu poder de configuração, Heródoto encontra-se em uma tradição formal fixa.

Na análise dos argumentos dos três discursos, Apffel conclui que não temos um complexo homogêneo, há blocos de diferentes domínios de origem para a estrutura de idéias da discussão, que Heródoto uniu elementos persas e gregos.

Para Apffel, o debate precisa ser visto dentro do *lógos* persa, com o qual ele está, formalmente, bem interligado, mas em termos do pensa-

¹⁴ Helmut APFFEL, *Die verfassungsdebatte bei Herodot 3*, 80-82 (Diss. Erlangen, 1957).

mento – devido a uma preparação insuficiente – não se encontra bem interligado a esse *lógos*.

Então, para esse autor, as exigências da narração principal são o princípio formal mais elevado: a ela a discussão sobre as três constituições precisou subordinar-se. Evidentemente Heródoto não teve nenhuma inclinação em se afastar visivelmente da retenção do historiador, como o faz eventualmente (assim III, 38). A possibilidade do discurso indireto permaneceu intocado por isso.

O que podemos perceber, de uma maneira geral, nessa primeira vertente de estudos dentro da abordagem literária do debate persa, é que a análise puramente literária do texto, orientada para a descoberta de seus “antecedentes” ou “fontes”, é uma característica, embora não exclusiva, dos estudos filológicos aplicados aos textos clássicos.

Dessa forma, podemos caracterizar a perspectiva teórica dominante adotada por esses estudiosos como uma historiografia literária de cunho fundamentalmente filológico.

Embora devemos reconhecer que a filologia contribui ainda hoje com instrumentos de trabalho indispensáveis, no entanto, ela impõe, em sua análise dos textos, uma visão geral estreitamente positivista.

Trata-se novamente de colocar a questão de correspondência a um referente externo, seja a uma obra ou a um personagem histórico.

É nesse ponto que insistem também os autores que criticam a vertente filológica da História da Literatura, afirmando que o estudos dos textos literários orientados para a descoberta de suas “fontes” canonizou o “postulado de analogia” – conforme a expressão de Roland Barthes¹⁵ – que implica a certeza de que escrever nunca é mais do que reproduzir, copiar, inspirar-se de, etc.

Objetivamente: o debate persa inspirado nas “Antilogias” de Protágoras ou nas inscrições persas? Dario assimilado a Péricles?

2.2. A teoria político-literária do debate persa

A segunda linha de orientação dos estudos do debate persa, dentro da abordagem literária, é a dos autores que analisam o lugar da classificação de Heródoto das formas de governo presente no debate persa,

¹⁵ Roland BARTHES, *Crítica e verdade* (São Paulo, Perspectiva, 1970) p.149-155.

dentro do quadro da reflexão da teoria política do mundo grego e ocidental.

Píndaro, antes de Heródoto, em 468 a.C., propôs uma classificação das formas de governo, mas ainda sem terminologia própria:

“Um homem de palavra leal faz-se valer em todos os países: junto dos tiranos, lá onde reina a multidão impetuosa e nas cidades que governam os sábios.” (II *Pítica*, 86 – 88)

A tríplice classificação de Heródoto das formas de governo no debate persa, ou seja, “governo popular”, “oligarquia” e “monarquia”, embora encontre-se implícita na classificação anterior de Píndaro, é considerada por inúmeros estudiosos como a origem da teoria política grega e a base de todas as sistematizações posteriores das formas de governo do mundo ocidental antigo, medieval e moderno.

G.E.M. de Ste Croix¹⁶ nota que a elaboração dos discursos do debate persa representa uma das inovações fundamentais do pensamento humano atribuída aos gregos.

Essa inovação corresponde ao hábito de reduzir em termos essenciais a possibilidade de explicação de um largo número de fenômenos.

Confrontando com a competição das formas de governo, diz o autor, Heródoto reduziu esse problema a elementos básicos: o Estado pode ser governado por um único homem, por alguns ou por todos.

Henry Immerwhar¹⁷ observa que a preferência de Heródoto pelo relato sintético de certos temas repetitivos da história particular dos povos, corresponde ao seu interesse geral em revelar constantes da cultura humana, e sugere, nesse sentido, que o “debate constitucional” deve ser analisado dentro do interesse geral de Heródoto em teoria política.

Nessa perspectiva, Donald Lateiner nota que o debate persa é o *lógos* mais teórico de toda a obra de Heródoto¹⁸ e seu método é um poderoso esforço de unificação que alcança exemplos de uma alta generalidade, “sinal que ele acreditava em constantes da natureza humana”.

¹⁶ G. E. M. Ste CROIX, “Herodotus”, *G&R* 24 (1974) p.134.

¹⁷ H. R. IMMERWHAR, *Form and thought in Herodotus* (Cleveland, 1986), p.16 e p. 101 n. 71.

¹⁸ Donald LATEINER, *The historical method of Herodotus* (Toronto, 1989) p.165.

Conforme Lateiner, encontramos no debate persa uma síntese dos traços comuns das formas essenciais de governo, apesar da dinâmica e da multiplicidade das formas políticas registradas nas *Histórias*.

John G. Gammie¹⁹, analisando o método de descrição dos reis e tiranos nas *Histórias*, cita o exemplo do discurso de Otanes no debate persa no qual se encontra um sumário das características típicas dos tiranos e déspotas que, embora não exaustivo, mostra como Heródoto segue um padrão convencional em seu método descritivo dos tiranos e déspotas nas *Histórias*.

Para Helmut Apffel²⁰ é importante reconhecermos ser ultrapassado falar de modo absoluto de um “debate constitucional” na narrativa de Heródoto, ou seja, considerar os três discursos como um contínuo homogêneo e complexo de pensamentos e motivos.

Por outro lado, alguns autores discutem se essas três formas de governo implicam, já nessa classificação de Heródoto, três ou seis formas de governo, tendo em vista que Heródoto utiliza no discurso de Dario a expressão “nas palavras” ou “em teoria” (III, 82.1), para distinguir os aspectos positivos dos três regimes políticos em debate, ficando implícito, segundo alguns autores, os aspectos negativos dessas formas de governo.

Jacqueline de Romilly²¹ considera que o hábito (sofista) de Heródoto de distinguir em cada um dos aspectos, um bom e um mal, poderia fornecer as bases de uma classificação em seis regimes, mas não existe nenhum texto na literatura grega até Platão sugerindo que esse passo foi dado, ao contrário, as classificações repousam sempre em três regimes.

H. Ryffel²² afirma que nesses discursos de Heródoto já está implícito uma classificação em seis constituições, tendo em vista que os três regimes são encarados sob a forma do melhor possível (III. 82.1), o que significa distinguir os três bons dos três maus regimes.

As terminologias políticas eram ainda flutuantes na época que Heródoto compôs a sua obra, e talvez seja demasiado afirmar que nessas

¹⁹ J. G. GAMMIE, “Herodotus on kings and tyrants: objective historiography or conventional portraiture?”, *JNES* 45 (1986) p. 172 ss.

²⁰ H. APFFEL, *Die verfassungsdebatte bei Herodot 3, 80-82* (Diss. Erlangen, 1957) p.23.

²¹ J. ROMILLY, “Le classement des constitutions d’Hérodote a Aristote”, *REG* 72 (1959) p. 82 ss.

²² H. RYFFEL, *Metabolé Politeion* (Bern, 1949) p. 65 n.96.

três formas de governo do debate persa Heródoto já sentisse as suas alterações, atribuindo-lhes nomes distintos, que de fato não se encontram na obra do historiador, ou seja, da democracia para oclocracia, da oligarquia para aristocracia e da monarquia para tirania; distinção que só virá a ser completamente delineada no século IV em Aristóteles (*Política* III, 5) e depois esquematizada em duas séries correspondentes em Políbio (VI, 3.6).

O que percebemos nessa outra vertente dominante da abordagem literária do debate persa é um estudo das hipóteses políticas defendidas no debate enquanto objeto de classificação da teoria política, mas entendida em seu contexto literário, enquanto teoria literariamente política.

Essa linha de taxionomia constitucional é um campo de estudo que já foi exaustivamente trabalhado, chegando a um nível de esgotamento que se transformou em retórica.

2.3. O debate persa e a estrutura narrativa das *Histórias*

A terceira linha dominante de interpretação do debate persa, dentro da abordagem literária, é a que trata do lugar desse texto de Heródoto dentro do problema da estrutura narrativa das *Histórias*.

É a partir da segunda metade do século XX que começa a surgir uma série de estudos consagrados aos padrões narrativos que guiam as *Histórias*, recusando a concepção simplista de que Heródoto apresenta uma narrativa desordenada e caprichosa, e propondo soluções para os difíceis problemas do encadeamento dos acontecimentos na obra de Heródoto.

Dentre os numerosos estudos desses últimos quarenta anos, o de Immerwhar em 1966, *Form and thought in Herodotus*, continua a ser o mais sistemático sobre os padrões narrativos presentes na obra de Heródoto.

Para Immerwhar, os padrões narrativos da historiografia herodotiana revelam-se profundamente marcados pela tragédia e seus conceitos, seja nas pequenas histórias que seguem esquemas dramáticos ou mesmo na filosofia geral de toda a obra.

Particularmente nas narrativas dos cinco monarcas orientais nas *Histórias* (Creso, Ciro, Cambises, Dario e Xerxes), esse autor propôs um padrão permanente de desenvolvimento que se apóia no princípio de ascensão e queda do chefe de um povo, princípio ao qual está subjacente a idéia de instabilidade da fortuna e a fragilidade da natureza humana.

Em relação ao “debate constitucional”, Immerwhar afirma que ele deve ser visto dentro da narrativa de ascensão do poder de Dario, incluído dentro do esquema geral das narrativas de “origens” de um chefe político nas *Histórias*. Nesse sentido, o autor acrescenta ainda que ele deve ser comparado com as narrativas da ascensão de Déjoces à realeza dos medos (I, 96-100) e da origem da realeza dual espartana (VI, 52).

Essa perspectiva de situar o debate persa dentro da unidade da obra de Heródoto – unidade formal para Immerwhar –, vai ser seguida, posteriormente, em algumas análises do debate persa que vão ressaltar diferentes aspectos dessa unidade.

Seguindo essa linha aberta por Immerwhar, Donald Lateiner²³ analisa a função estrutural do “debate constitucional” no conjunto das *Histórias*.

Para Lateiner, Heródoto escreve as *Histórias* de acordo com princípios historiográficos e literários de sua própria invenção e considera o “debate constitucional” como um exemplo de padrão historiográfico abstrato do comportamento político construído por Heródoto, que é corroborado pelo conjunto da narrativa das *Histórias*, atingindo um alto grau de generalidade e compondo o *lógos* mais teórico de toda a obra de Heródoto.

Stewart Flory²⁴, estudando o papel das anedotas em Heródoto, que ele considera como “antíteses fundamentais das *Histórias*”, procura mostrar que essas narrativas, aparentemente frívolas e desconectadas do conjunto da obra, na verdade repetem temas específicos e dão coesão à sua obra, tanto do ponto de vista formal como ideológico.

Nessa perspectiva, o “debate constitucional”, enquadrado dentro dessas anedotas, faz parte de um padrão que tematiza o problema da liberdade e disciplina no pensamento político de Heródoto.

O “debate constitucional” (III, 80-82), assim como a história de Déjoces (I, 96-100) e Pisistrato (I, 59-64), formam um padrão que ilustra um aspecto do pensamento político de Heródoto que é a associação da tirania à boa ordem e da liberdade com desordem.

²³ D. LATEINER, D. Herodotean historiographical patterning: the Constitutional Debate. *Quaderni di Storia* 15 (1984) p. 257-284; publicado em *The historical method of Herodotus* (Toronto, 1989) Cap. 8.

²⁴ S. FLORY, *The arcaic smile of Herodotus* (Detroit, 1987).

A ascensão de Dario, Déjoces e Pisístrato têm em comum o fato de que elas põem fim a um período de instabilidade ou governo irregular, e essas narrativas enfatizam as atrações e os perigos da autonomia e enunciam claramente a idéia da superioridade da "tirania" sobre outras formas de governo, revelando a crença de Heródoto nos méritos de um único governante.

O que emerge dessas narrativas, segundo Flory, é a composição do retrato do filósofo-rei herodotiano, termo que é uma comparação com o filósofo-rei defendido por Platão, cujos benefícios demonstra a superioridade da "monarquia" sobre os outros sistemas de governo.

O que percebemos nessa outra vertente dominante de abordagem literária do debate persa, é a retomada de uma discussão que atravessa a historiografia herodotiana sobre a natureza intrínseca da obra de Heródoto, as *Histórias*, e seus postulados de leitura, que suscitou ao longo do tempo dois tipos de atitudes: os que defendem que se trata de uma obra radicalmente heteróclita e os que postulam sua unidade.

Trata-se de uma retomada desse debate por uma vertente de autores da segunda metade do século XX, visto agora, não sob a perspectiva dos historiadores, mas dos literatos que postulam uma unidade da narrativa e investigam seus padrões narrativos.²⁵

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses observa que essa outra postura dominante dos estudos do debate persa que privilegia o texto, a narrativa, o debate e não a sociedade é um sintoma de que a história antiga ainda não se deixou liberar do logocentrismo, é a palavra que é a única via de acesso ao fenômeno social que é muito mais complexo.

3. Outras abordagens

Alguns estudos, fora das linhas dominantes de interpretação do debate persa têm proposto outras abordagens desse texto de Heródoto.

François Hartog²⁶, em seu estudo sobre o tema da "representação do outro" nas *Histórias* nos propõe uma leitura do debate persa.

²⁵ Segundo Hartog, nesse momento a História Antiga, pelo menos na França, precisou recorrer a esses profissionais do texto que são os teóricos da narrativa. Cf. François HARTOG, *Os antigos, o passado e o presente* (Brasília, UnB, 2003) p. 201.

²⁶ F. HARTOG, *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro* (Belo Horizonte, UFMG, 1999). O próprio autor declara que sua proposta de

Embora não seja o objeto específico de sua análise, o interesse de Hartog pelo "debate constitucional" é para integrá-lo em sua hipótese geral da construção da representação do poder político nas *Histórias*.

Para Hartog, a figura do rei na obra de Heródoto é o elemento fundamental que caracteriza os povos não gregos, e a presença dos tiranos na história dos gregos é o equivalente simbólico do rei, daquilo que é não grego, bárbaro.

A narrativa do "debate constitucional" só aparentemente é contrária a essa hipótese. Um olhar imediato na narrativa mostra que os persas também podem conceber a democracia, que a monarquia difere da tirania e o regime monárquico preconizado por Dario marca sua originalidade e sublinha sua excelência.

No entanto, um outro olhar sobre o "debate constitucional" confirma a hipótese do duplo espelho entre tirano e rei (monarca).

Para o autor, os discursos de Otanes (democracia) e Megabizo (oligarquia), são discursos que representam a mentalidade da cidade grega, ambos concordam que monarquia e tirania são a mesma coisa, elas conduzem à *hybris*, excesso; essa imagem do tirano permanecerá na tradição grega até Aristóteles.

O discurso de Dario é grego e persa. Grego quando afirma que a democracia e a oligarquia geram *stasis*, guerra civil, e conduzem à monarquia (o que para um grego seria tirania). Persa, quando se refere à monarquia como preservação dos costumes dos antepassados (para um grego seria o contrário) e também quando tenta distinguir monarquia de tirania.

Assim, para Hartog, o "debate constitucional" confirma a hipótese de um duplo espelho entre rei e tirano.

No nosso estudo sobre esse texto de Heródoto²⁷, procuramos nos situar de forma mais ampla, dentro de uma proposta de leitura que

leitura da obra de Heródoto situa-se em diversos momentos intelectuais da história: A influência da análise estrutural como praticada por Roland Barthes no campo da literatura, as preocupações com as referências enunciativas que vinham de Saussure, Jakobson e Lévi-Strauss e a reflexão de Michel de Certeau sobre a escrita da história, que tratou de aplicá-la a essa figura emblemática de Heródoto, considerado como o Pai da História.

²⁷ Paulo Ângelo de MENESES SOUSA, *O debate persa em Heródoto* (*Histórias III.80-82*). Tese de doutorado. (São Paulo, FFLCH/USP, 2001).

questionava a hegemonia epistemológica do *lógos* pelo mito na nossa tradição de leitura dos textos da historiografia clássica e tentava superar essa hegemonia pela desconstrução que remetesse à lógica do mito.²⁸

Nossa questão específica era, portanto, ressaltar o problema da monarquia defendida por Dario como o argumento vencedor no debate persa o que discordava de uma grande vertente de autores que afirmam que no debate não há vencedores, pois ele é circular.

Tratava-se de uma abordagem limitada a um certo entendimento do texto de Heródoto.

Procuramos, primeiramente, caracterizar o contexto narrativo do debate persa tendo em vista que a maioria dos estudos separa o contexto dessa narrativa de ascensão da ordem monárquica dos argumentos desse debate, considerando que a monarquia só é vencedora no plano histórico e não no dos argumentos.

A nossa proposta foi situar o debate persa dentro das narrativas de “origens” do poder político de Dario, buscando levantar elementos de uma narrativa mítica para compreender como Heródoto faz emergir a figura de Dario, um homem dotado de astúcia, de *métis*, e a monarquia como regime político capaz de por ordem à crise de sucessão do poder aberto pela morte de Cambises e o fim da dinastia fundada por Ciro.

Em segundo lugar, procuramos analisar, em consonância com os antecedentes do debate, a lógica argumentativa dos discursos dos três oradores do debate persa.

Os discursos do debate persa seguem uma lógica na qual a argumentação de cada debatedor relaciona-se ao antecedente, valendo-se dos aspectos positivos que o antecedente acusou, e, por sua vez, o superando na medida em que aponta, agora, os aspectos negativos do antecedente.

O discurso final de Dario obedece à mesma lógica: se Megabizo supera o discurso de Otanes ao propor o governo dos “melhores” em contraposição ao da “maioria”, Dario ao propor o governo do “melhor” homem supera o discurso de Megabizo e, por conseguinte, também o de

²⁸ Essa perspectiva de análise que funde a história com o mito é denominada na historiografia moderna de *mithistória*. Sobre esse tema, ver: Francisco MURARI PIRES, *Mithistória* (São Paulo, Humanitas, 1999); François HARTOG, “Mito no logos: o caso de Creso ou o historiador em ação”, in: *Os antigos, o passado e o presente* (Brasília, UnB, 2003) e Claude CALAME, *Mythe et histoire dans l'Antiquité grecque* (Lausanne, Payot, 1996).

Otanes, e é o argumento vencedor do debate persa – desde que compreendamos que nessa expressão “melhor” (homem) temos uma elipse, quer dizer, ele é como Deus.

Como provar que a qualidade de “melhor” atribuída a esse homem no discurso de Dario (III.82.2, *áristos*) tem um aspecto divino? Não há como provar, pois temos aqui um impasse de linguagens entre *lógos* e mito.

Se entendermos que a modalidade de registro da memória narrativa do debate persa é o *lógos*, então a semântica operada pela linguagem de seus conceitos fundamenta o entendimento da circularidade através do princípio de exclusão dos contrários²⁹: o argumento de Dario em relação ao atributo de excelência absoluta do “melhor” homem retornaria ao argumento oposto feito por Otanes ao afirmar que “até ao melhor de todos os homens, investido deste poder, ela [monarquia/ tirania] o faria exorbitar dos seus pensamentos habituais” (80.2.3).

E assim é a lógica do *lógos* enquanto interpretação dominante, uma estrutura historicamente cristalizada de confrontar-se com esse tipo de problema a tal ponto que mesmo um autor como François Hartog, que reconhece os problemas da tradução de linguagens entre *lógos* e *mythos* na obra de Heródoto, recai na interpretação da maioria dos comentadores ao afirmar que no debate persa Dario não refuta a tese de Otanes (monarquia = tirania), sendo-lhe “impossível entender as declarações de Otanes”.

“A Otanes”, afirma Hartog, “que diz que ao ‘melhor’ (*áristos*), investido do poder monárquico, não resta alternativa senão tornar-se um tirano, Dario responde, ou antes não responde: ‘Nada poderia ser preferível a um único governante, se ele é o melhor’.”³⁰

No entanto, se entendermos que a modalidade de registro da memória narrativa do debate persa que ficou oculta, silenciada é o mito, a questão implicada pelo homem que é o “melhor” tem solução na semântica mítica porque ela resolve a dualidade humano/ divino assim intriga pela categoria ambígua do herói: humano porque mortal, mas divino porque superlativo pela *areté* (excelência) que o distingue.

²⁹ Marcel DETIENNE, *Os mestres da verdade na Grécia arcaica* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988) p. 63 e 129 n.79.

³⁰ François HARTOG, *Le miroir d'Hérodote* (Paris, Gallimard, 1980) p. 332 n.1.

Daí que o homem que é o “melhor”, suposto por esse entendimento de fundamento mítico da memória do debate persa, é aquele que, sendo homem mortal, todavia participa do divino porque supera, é melhor que todos os outros homens, no âmbito quer da ação, quer da palavra: o herói que é assim rei, Dario.

Por essa leitura recessiva do mito, procuramos levantar elementos para nos ajudar a compreender a unidade desse debate com o contexto narrativo do qual faz parte, quer dizer, a história da ascensão política de Dario, mostrando que talvez ele só ganhe sentido pleno se for visto dentro dos parâmetros de realeza heróica.

A ODISSEIA ROMANESCA DO SATYRICON DE PETRÓNIO: A CENA TRIMALCHIONIS

CLÁUDIA AMPARO AFONSO TEIXEIRA
Universidade de Évora

Abstract: The *Cena Trimalchionis* constitutes, of the point of view of the voyage, the contact of the heroes with a closed universe. This universe in accordance with the rules imposed by Trimalchio, states an attempt to control the aspects that define any system: space, time and movement.

A *Cena Trimalchionis*, a despeito da grande quantidade de acontecimentos e do caos que a dominam, é comumente considerada na perspectiva do sistema de viagem, a que, desde as primeiras linhas, se encontram submetidos Encólpio, Gíton e Ascilto, um dos episódios, mais estáticos do romance.¹ No entanto, apesar de configurar um episódio de pausa² perfeitamente integrado e em interação de significado com os

¹ HUBBARD (1986) 194, observa que a *Cena* «represents an extended pause or intermezzo in the dramatic action (...).»; e idem, 195, que o carácter estático do banquete se encontra condicionado, em parte, pela feição circular da estrutura interna dos episódios: «In fact, it can be observed that this ring-structure pervades the entire length of the *Cena*, and provides the governing principle for Petronius' arrangement of the various entertainments and events (...)» Vide a esquematização dessa estrutura em anel, pp. 196-197. SEGURA RAMOS (1976), observa a mesma composição em anel na estruturação externa dos acontecimentos em que Trimalquião é participante: «La pieza entera presenta una composición anular, comenzando por un baño (cap. 28 ...) e terminando por otro (cap. 72.3.....)».

² AGUIAR E SILVA (1991), 742, observa que os episódios de pausa são, genericamente, «portadores de conotações que configuram um espaço eufórico